



Inflação, dívida externa, recessão, desemprego. O debate entre quatro brilhantes especialistas foi transformado em livro

O privilégio de debater o Brasil. Com competência.

Celso Ming, jornalista

Quando o que está em discussão é o Brasil, o mundo e a mesma crise que envolve o homem, assunto é que não falta. E quando os debatedores são os professores Albert Fishlow, Michael Piore, Celso Furtado e Mário Henrique Simonsen, competência é o que mais sobra.

E é um privilégio assistir e, mais do que assistir, participar de um debate em que a preocupação vai muito além de um puro e simples diagnóstico da doença, mas que avança na terapêutica e termina por apontar prognósticos realistas para a conjuntura que estamos enfrentando.

Assim, o livro *Em discussão, o Brasil*, que começa a ser distribuído em todas as bancas, é o resultado do debate promovido pelo Jornal da Tarde, nos dias 17 e 18 de agosto passados, no auditório da S/A O Estado de S. Paulo e que contou com o patrocínio do Banco Itaú e do Grupo Pão de Açúcar.

Mas vamos ao que mais importa. A principal contribuição do professor norte-americano Albert Fishlow, da Universidade da Califórnia — Berkeley, um dos mais notáveis brasiliianistas que começaram a aparecer por aqui a partir do final da década de 60, foi a de nos apontar não apenas os custos de médio e de longo prazo, mas também os riscos da estratégia de endividamento exterior pela qual acabaram optando os condutores da política econômica, principalmente a partir de 1968.

"Infelizmente — observa o prof. Fishlow — uma das consequências da integração da economia nacional à economia internacional é que não se tem certeza do resultado final." E ele prossegue: "A única certeza de uma política de endividamento é a obrigação de pagar. Os benefícios e, mesmo, os custos reais constituem uma incógnita".

A atual escalada da dívida externa brasileira começou, na verdade, depois de 1968, quando as crescentes despesas externas dos Estados Unidos criaram o mercado dos eurodólares que nada mais são do que dólares que ficaram zanzando pelo mundo a procura de tomadores. Começou, então, o endividamento brasileiro "por opção", uma alternativa interessante embora "não necessária". A partir de 1974, quando a quadruplicação dos preços do petróleo desequilibrou o balanço brasileiro de pagamentos, a dívida externa passou, então a ser uma necessidade.

Mas uma das principais características do processo de endividamento externo do Brasil foi a crescente participação de fontes privadas de recursos. Até 1964, a quase totalidade da dívida externa brasileira foi contraída junto a organismos oficiais, mas particularmente junto a organismos controlados direta ou indiretamente pelos Estados Unidos. A partir da década de 60, os principais credores do Brasil passaram a ser bancos privados.

nómico através das grandes empresas, tal como se deu nos anos 50, 60 e 70. Nessa época, as grandes empresas encontraram no Estado keynesiano um grande suporte para continuar seu crescimento e a conquista do mercado interno. Mas essa grande empresa teve de abrir seus horizontes e conquistar novos mercados externos. Em outras palavras, teve de consolidar sua condição de multinacional, única condição para sua própria sobrevivência. Mas as multinacionais não estão conseguindo, a nível internacional, o mesmo apoio institucional encontrado por ocasião de sua expansão em seus países originais. Daí a crise cuja função é, em

última análise, regular a economia e encontrar uma saída para o que está aí.

É curioso notar, portanto, que para Piore, não são propriamente as instituições nacionais que estão sob ameaça das grandes corporações, mas são estas que têm sua vida colocada em xeque exatamente porque falam instituições supranacionais ou internacionais capazes de servir de suporte para sua expansão. Quer dizer, é o futuro das multinacionais que está verdadeiramente ameaçado.

Piore acredita, inclusive, que o tempo das grandes empresas já está contado e que o futuro parece pertencer à pequena ou

média empresa: "O que parece estar ocorrendo é uma passagem dos mercados de massa para uma produção mais diferenciada, em pequena escala, com base em empresas menores".

E a base tecnológica que tornará isso possível são os novos processos de microprocessamento, que deverão favorecer fortemente a produção em escala reduzida e o fornecimento a mercados locais — o contrário, portanto, do que vinha acontecendo até aqui. O agigantamento das empresas não deixa de ser uma consequência do próprio taylorismo, ou seja, da necessidade do aumento da escala de produção.

A pergunta mais importante que decorre daí, é saber o que é melhor: dever menos, embora a um único e poderosíssimo credor, o governo dos Estados Unidos, com notória força de barganha; ou dever muito mais a uns 200 ou 300 pessoas jurídicas espalhadas por todo o mundo?

De todo modo, dívida externa é déficit acumulado no balanço de pagamentos. E quando a perspectiva é a de que a dívida externa do Brasil duplique nos próximos cinco anos — como afirma o prof. Fishlow —, a pergunta passa a ser a seguinte: até que ponto a economia suportará o ônus da dívida e que condições passarão a ser exigidas ao Brasil para que se mantenha o fluxo de empréstimos?

O professor Fishlow é profundamente cético quanto considera a política recessiva como instrumento de reequilíbrio das contas externas e, portanto, de redução da própria vulnerabilidade da economia. A hipótese de reescalonamento do débito deve ser considerada uma hipótese viável. Fishlow não vê saída a médio prazo se não for implantada uma política coerente que assegure: o aumento das exportações; o aumento da poupança externa de modo a dispensar crescentemente a poupança externa; a economia e a substituição de energia fóssil; o prosseguimento das condições de endividamento.

Em outras palavras, Fishlow acha que a recessão pura e simples poderá provocar a morte do doente em vez de curá-lo e que a saída é a de desenvolver racionalmente a economia, substituir importações e utilizar cada vez mais racionalmente os recursos internos.

Menos afeto aos problemas brasileiros e a suas eventuais soluções, Michael Piore, do Massachusetts Institute of Technology, de Boston, expõe uma visão bastante pessoal da crise pela qual está passando o mundo e, por extensão, o próprio Brasil.

Apoiado na teoria da regulação, tal como foi desenvolvida por Robert Boyer, a partir de 1978, a tese básica de Piore é a de que a atual confusão pela qual passa a economia ocidental nada mais é do que uma crise regulatória. Em outras palavras, trata-se do esgotamento da capacidade que tiveram as instituições criadas durante a década de 30 de assegurar o equilíbrio da economia.

É claro que essas instituições são inúmeras: sindicatos, grandes empresas, o próprio Estado com suas várias formas de intervenção na economia e por aí vai. Mas o que realmente conta é o fato de que ficou impossível para as grandes empresas (as multinacionais) controlarem os seus próprios mercados originais: "Nos Estados Unidos, o problema evidencia-se no setor automobilístico: mais de um quarto do mercado interno passou às mãos de concorrentes estrangeiros. Um fenômeno análogo verificou-se no setor do aço. Ao mesmo tempo, outros países industrializados queixam-se da competição norte-americana no setor têxtil e químico" — afirma Piore.

Em síntese, o que está acontecendo é a ruptura das condições de crescimento eco-

Fishlow acha que a recessão pode matar o doente.

Piore pensa que o futuro pertence à pequena e média empresas.

Furtado recebe a renegociação da dívida externa. E Simonsen critica Delfim, seu sucessor.



O pensamento do professor Piore não deixa de ser, ao mesmo tempo, inquietante e alentador. Inquietante, na medida em que sugere que o desenvolvimento brasileiro, na medida em que tenta reproduzir aqui técnicas, instituições e hábitos de consumo que parecem condenados a médio prazo e que, portanto, impõem um desenvolvimento econômico falido. E é alentador na medida em que a nova situação permitiria, pelo menos em tese, não só uma queima de etapas no processo de desenvolvimento brasileiro mas, também, uma solução de longo prazo para os grandes problemas sociais do País. De fato, uma economia consolidada sobre empresas menores teria também mais flexibilidade para aproveitar melhor os recursos abundantes no Brasil, principalmente mão-de-obra e recursos naturais.

A questão, portanto, está em saber até que ponto a teoria da regulação está realmente apta não somente a explicar o que está-se passando, como também para avançar as previsões mais corretas.

A exposição do professor Celso Furtado teve a qualidade maior de alargar um pouco mais a visão de quem está viciado excessivamente em análises conjunturais e outras considerações de fôlego curto — como as que estamos habituados a ler não só nos discursos das autoridades responsáveis pela condução da política econômica mas, também, em boa parte dos estudos feitos pelos economistas das nossas universidades.

Depois de apontar os graves entraves à política de desenvolvimento econômico impostos pela crescente minifundiação da agricultura brasileira, Celso Furtado denuncia o crescente estrangulamento da economia a partir da sua capacidade de pagar suas contas externas. E essa deterioração das contas externas não é mais apenas natural, como se deu no passado, fruto da deterioração das relações de troca, mas consequência, também, da própria política econômica equivocada nos anos passados. E entre os maiores equívocos das administrações econômicas mais recentes está o de ter feito um falso diagnóstico do processo de desenvolvimento do período 1968-73: o de que "o período do chamado milagre reflete traços permanentes do contexto internacional e da estrutura da economia e da sociedade brasileira".

De fato, quem acompanhou de perto a condução da política econômica dos últimos anos deve lembrar-se ainda dos discursos do então ministro Mário Simonsen para quem o Brasil era "uma ilha de prosperidade", estranhamente vacinada contra a crise que tomava conta do mundo. Mas essa convicção não foi apenas recurso de retórica. Os números contidos no II PND e, mais do que isso, as maluquices que se fizeram neste país em nome de uma necessária política de substituição de importações, mostram claramente que esse equívoco estava profundamente arraigado na mente dos homens do governo.

De todo o mundo, o leite está derramado, a dívida externa vai para seus 65 bilhões de dólares e mais grave do que seu custo financeiro, em dólares, é seu custo social implantado agora através de uma recessão. Celso Furtado também não entende essa recessão que foi implantada no Brasil, uma solução que pode até servir para países desenvolvidos que, de resto, possuem mecanismos sociais cujo papel é amortizar o impacto causado pelo desemprego e pela redução de salários, tais como o seguro-desemprego e os demais serviços de previdência implantados nas economias mais avançadas.

O ex-ministro do Planejamento do governo Goulart não vê outra saída para o problema do endividamento senão uma ampla renegociação da dívida com os credores externos. Mas isso não basta. Além de políticas de curto prazo aparentemente semelhantes às que vêm sendo tomadas pelo atual governo (incentivo à poupança, estímulo às exportações, contenção das importações), Celso Furtado não dispensa um programa coerente de longo prazo que seja implantado desde já. E entre os objetivos de longo prazo está o de orientar melhor a poupança nacional; sanear o cruzeiro e aplicar uma adequada política cambial de modo a acabar com subsídios e aplicar uma política fiscal equitativa. Mais do que tudo — afirma ele — "os atuais indicadores econômicos devem ser precedidos por outros, de conteúdo social, que permitam aferir o avanço na solução de problemas que afligem diretamente grupos populacionais, tais como a subnutrição, a mortalidade infantil, o analfabetismo, a inexistência de acesso a serviços de água e esgoto, a incidência de certas enfermidades, o estado da habitação popular e outros similares".

O ex-ministro da Fazenda do governo Geisel, Mário Henrique Simonsen, critica fortemente a política econômica heterodoxa do seu sucessor, Delfim Neto. "A atual política de aperto poderia ter sido evitada se tivesse sido posta em prática, em doses bem mais suaves, há dois anos atrás", ou seja, quando ele foi obrigado a demitir-se, já no governo Figueiredo.

No entanto, mesmo levando em conta que a política econômica irrealista do ministro Delfim Neto entre 1979 e 1980 só fez agravar o problema, não se pode deixar de admitir que a grande causa do estrangulamento externo que o Brasil hoje vem enfrentando foram as extraordinárias despesas decididas justamente sob seu governo, no período Geisel, quando o objetivo foi implantar um atabalhado programa de substituição de importações e um projeto de desenvolvimento econômico inadequado diante da crise mundial deflagrada com a quadruplicação dos preços do petróleo.

De qualquer maneira, Simonsen condena a recessão na medida em que ela é um instrumento inadequado para pagar a dívida e financiar o processo subsequente do desenvolvimento econômico brasileiro. Rejeita qualquer tentativa de renegociação da dívida que, a seu ver, afugentaria os credores e poderia levar a economia ao colapso.

Em vez disso, propõe uma política de corte de subsídios e um aumento dos investimentos das empresas estatais obrigando-as a tomar empréstimos externos; pede a substituição da política salarial pelo regime da livre negociação; e o controle das chamadas contas abertas do Orçamento Monetário de modo a impedir as emissões. E sugere a livre expansão do crédito bancário.

Mas o ponto alto do livro é o debate travado principalmente entre Fishlow, Celso Furtado e Simonsen, que encerra o seminário.

Fishlow enfeixa vários canais de consenso quando argumenta: "Se o problema é o balanço de pagamentos e a recessão não resolve o problema do balanço de pagamentos, afinal por que temos uma recessão?" Simonsen lembra das tarefas dos bombeiros: "É óbvio que devemos pensar no longo prazo, mas se tivermos um incêndio a curto prazo temos que, antes, apagar o incêndio a curto prazo para que as soluções de longo prazo tenham alguma viabilidade".

E Celso Furtado responde: "Realmente, a casa está pegando fogo. Mas não será que ela está pegando fogo porque nós não instalamos aparelhos de controle de incêndio? Se está pegando fogo, é preciso apagar o fogo. Mas, por que manter a casa sem meios de defesa contra um incêndio, deixar que pegue fogo?"